

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 03/08, às 16h

Nesta semana, foi convocada pela Presidência do Senado Federal para terça-feira (02/08), Reunião de Líderes para definir as matérias prioritárias para o segundo semestre. Especialistas e senadores analisam quais devem ser as pautas prioritárias da Casa, tendo como prioridade medidas para diminuir a crise financeira e econômica causada pela pandemia de coronavírus, mesmo em período eleitoral.

Mas os trabalhos no Plenário do Senado Federal já recomeçam nesta quarta-feira (03/08), com sessão deliberativa já convocada, para a apreciação e deliberação exclusiva das Medidas Provisórias que já aguardam sua leitura em plenário e aquelas advindas da Câmara dos Deputados pautadas para esta semana.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 01 a 05/08.

O plenário da Câmara dos Deputados realizará sessões deliberativas em todos os dias da semana, como esforço concentrado pelo retorno do recesso parlamentar. Dentre as matérias pautadas, há 07 Medidas Provisórias:

- **MP 1.108/2022**, que dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho;
- **MP 1.109/2022**, que autoriza o Poder Executivo Federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em

âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal;

- **MP 1.112/2022**, que institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País - Renovar;
- **MP 1.113/2022**, para dispor sobre o fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social, da Perícia Médica Federal e do Conselho de Recursos da Previdência Social;
- **MP 1.114/2022**, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito;
- **MP 1.115/2022**, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas;
- **MP 1.116/2022**, que institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens.

Outras matérias também constam na pauta da semana, dentre elas, destacam-se:

- **PL 4.401/2021**, que dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais; e altera o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e as Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir a prestadora de serviços de ativos virtuais no rol de instituições sujeitas às suas disposições;
- **PL 1.776/2015**, que inclui no rol de crimes hediondos os crimes de pedofilia;
- **PL 1.742/2022**, que altera o Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para prever a perda de cargo, emprego, função pública ou mandato eletivo para os apenados por crimes de violência contra a mulher.

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 02/08 –
9h - Plenário 10**

PL 1.395/2021, que acrescenta o §3º ao artigo 3º e os artigos 15-A, 21-A, 21-B, 25-A e 25-B à lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas).

O relator, Deputado Delegado Pablo (UNIÃO/AM), apresentou parecer pela aprovação, com emenda.

PL 2.821/2021, que dispõe sobre a concessão de anistia aos agentes de segurança pública do estado de São Paulo processados ou punidos por condutas decorrentes da ação para a contenção da rebelião na Casa de Detenção de São Paulo (conhecida como Carandiru), ocorrida em 02 de outubro de 1992.

O relator, Deputado Sargento Fahur (PSD/PR), apresentou parecer pela aprovação.

**Comissão de Constituição e Justiça – 02/08, às 13h e 03/08 e 04/08, às 9h -
Plenário 01**

PL 4.895/2020, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Comissão de Seguridade Social e Família - 03/08 – 9h – Plenário 07

PL 2.857/2019, que altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer aumento da pena ao crime de aliciamento de crianças e adolescentes pelo uso de aplicativo de comunicação via internet.

A relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias - 03/08 – 14h – Plenário 09

[PL 4.791/2020](#), que altera a Lei sobre o Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869 de 5 de setembro de 2019), para dispor sobre abuso de autoridade associado a injúria racial; o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para definir crimes de Ódio Racial; a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para dispor sobre a captação de informações para prova de cometimento de crimes; e o Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689,

de 3 de outubro de 1941), para dispor sobre o acesso a informações para prevenção e repressão de crimes de sequestro e homicídio qualificado.

O relator Dep. Helder Salomão (PT-ES), apresentou parecer pela aprovação.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Minas e Energia -

03/08 – 15h30 – Plenário 09

Está prevista Audiência Pública para debater o tema: “Instalação de termelétricas a gás na Baía de Sepetiba (RJ)”.

Convidados:

1. John Wurdig, Representante do Instituto Internacional Arayara;
2. Juliano Bueno, Representante do Observatório do Petróleo e Gás;
3. Flávio Lontro, Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros-CONFREM Brasil;
4. **Jaime Mitropoulos, Procurador da República do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro;**
5. Helena de Godoy Bergallo, Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ;
6. Philipe Campello Costa Brondi da Silva, Presidente do Instituto Estadual do Ambiente, INEA/RJ;
7. Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.